CULTURA, IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: O “ME CONTA” E O MÉDIO RIOS DAS CONTAS

Luciano Simões Souza

Doutor em Multidisciplinar Cultura e Sociedade

Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias (CECULT) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRB

Santo Amaro – Bahia – Brasil
lucianosimoessouza@gmail.com

RESUMO

Esse artigo compartilha as conclusões do estudo de caso do projeto “Me Conta Universidade Livre do Médio Rio das Contas”, iniciativa que articula os campos da cultura, da educação e da ecologia para potencializar o desenvolvimento sustentável do Território de Identidade do Médio Rio das Contas (Bahia). O “Me Conta”, projeto concebido pelo Instituto Cultural Casa Via Magia, realiza, em parceria com moradores locais, um levantamento das riquezas socioculturais e ambientais de cada município envolvido que, uma vez compartilhadas com as comunidades, geram ações voltadas para o desenvolvimento sustentável tendo a cultura como mola propulsora. Esse artigo descreve brevemente a metodologia do projeto “Me Conta”, demonstrando como os produtos e as atividades artístico-culturais e educativas do “Me Conta” contribuíram para o sentimento de pertencimento territorial e como ampliaram, diversificaram e fortaleceram a participação dos sujeitos locais nos processos de concepção e realização de projetos coletivos. Essas conquistas se mostraram favoráveis aos processos de desenvolvimento sustentável movidos por atores locais e contribuíram para a apropriação da comunidade sobre seu espaço geográfico, ambiental, social, econômico, histórico e cultural. Apesar desses avanços, ainda vive o desafio de criar estratégias para que grupos sociais economicamente mais frágeis participem de processos mais estruturantes e de longo prazo em direção às transformações culturais, econômicas e ambientais desejadas pelas comunidades envolvidas.

Palavras-chave: Cultura; Desenvolvimento local; Identidade territorial; Participação social.

CULTURE, IDENTITY AND LOCAL DEVELOPMENT: THE “ME CONTA” (“TELL ME”) PROJECT AND THE MÉDIO RIO DAS CONTAS

ABSTRACT

The article shares the conclusions from the case study of the project “Me Conta (Tell me) University of Médio Rio das Contas”. This initiative articulates the fields of culture, education and ecology to enhance the sustainable development of the Identity Territory of the Médio Rio das Contas (Bahia). The “Me Conta” project was conceived by the Cultural Institute Casa Via Magia in partnership with local residents. When shared with communities, these riches generate actions aimed at sustainable development with culture as a driving force. Methodologically, the article briefly describes how the products and artistic-cultural and educational activities of “Me Conta” contributed to the sense of territorial belonging and how they broadened, diversifying and strengthening the participation of local subjects in the processes of designing and carrying out collective projects. These achievements have been favorable to sustainable development processes conducted by local actors who contributed to the community’s appropriation of its geographic, environmental, social, economic, historical and cultural space. Despite these advances, “Me Conta” project still faces the challenge of creating strategies for economically fragile social groups to participate in structuring and long-term processes towards cultural, economic and environmental transformations desired by the communities involved.

Keywords: Social participation; Culture; Local development; Territorial identity.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem local ou regional do desenvolvimento surgiu entre o final dos anos 70 e início dos anos 80, em razão do fracasso da visão que associava desenvolvimento ao crescimento econômico, representado na época pelo índice PNB (Produto Nacional Bruto). O crescimento não trazia melhorias na qualidade de vida da população dos países e regiões “subdesenvolvidas” e, em muitos casos, reforçava as desigualdades e acirrava a pobreza.

No Brasil, na década de 1980, aspectos sociais e políticos começaram a ser incorporados nas propostas de desenvolvimento. A noção de desenvolvimento local começa a ganhar força, tanto por conta de uma postura do Estado que, diante da crise, valoriza as positivities locais para minimizá-la, quanto pela emergência de iniciativas da sociedade civil que, mediante os movimentos sociais e o associativismo, reclamavam um modelo diferente de sociedade. (Silveira, 2008)

Na primeira metade dos anos 1990, surgiu um conjunto de experiências inicialmente localizadas, que foram expandidas em seguida para diversas regiões do Brasil na forma de ações e de projetos relacionados ao combate à pobreza, à desigualdade ou à exclusão, em campos estratégicos de políticas públicas. A partir de meados da década de 1990, houve no Brasil um grande impulso ao desenvolvimento local, vindo de diversas frentes. Ampliou-se o debate sobre o tema, criaram-se programas de apoio ao desenvolvimento local e, sobretudo, começaram a proliferar experiências concretas em diferentes localidades do país. (Idem)

Para Caio Silveira (2008), considerando a multiplicidade de casos concretos em andamento, os anos 2000 foi um período caracterizado por grandes e diversas experimentações, mas que traziam diferenciais significativos em relação aos períodos anteriores. Um dos avanços é que a ênfase passava a ser a busca de uma ação territorializada na qual não se tratava mais de apenas realizar “um projeto”, no sentido usual, mas de gerar uma matriz de projetos e ações continuadas, a partir da mobilização de diferentes atores presentes nos territórios. O experimentalismo difuso e inovador, que emerge desde os anos 1990, foi cedendo espaço para ações de interface entre políticas sociais e de desenvolvimento em que se buscava a articulação interinstitucional conjugada a um papel ativo das populações locais.

Essa busca por alternativas ao desenvolvimento concentrador e homogêneo resultou em iniciativas fundamentadas na articulação de pessoas e instituições de um dado território em torno de um projeto comum de desenvolvimento local. Não se trata da mesma lógica das políticas macroeconômicas centralmente planejadas aplicadas em menor escala. O conceito de desenvolvimento local corresponde a uma visão multidimensional, sistêmica e integrada de desenvolvimento como algo que se distingue de apenas crescimento. Implica a ampliação da esfera pública e dos espaços de participação social para além do domínio do Estado. O Estado é articulador necessário e insubstituível no processo, mas não mais promotor principal e exclusivo do desenvolvimento (Silveira & Costa Reis, 2004).

Trata-se de construir outras formas de organização política, identificada com os sujeitos de cada território-lugar, vinculada às suas necessidades, à sua autonomia. A práxis de desenvolvimento territorial sustentável passa a ser pensada

[...]com base em princípios como participação, solidariedade e cooperação, reconhecendo as diferenças, as identidades, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, enfim a heterogeneidade dos tempos, dos territórios, das temporalidades, das territorialidades e a conquista da autonomia de cada território-lugar no processo decisório (Saquet, 2011, p. 105).

A crença na importância da sociedade civil nos processos de articulação territorial e desenvolvimento local e sustentável motivou a realização da pesquisa “Me Conta Universidade Livre do Médio Rio das Contas: cultura, participação e desenvolvimento local”, cujos resultados são brevemente compartilhados neste artigo, com ênfase na reflexão sobre as relações entre identidade territorial, participação e desenvolvimento local.

O projeto Me Conta Universidade Livre do Médio Rio de Contas é um projeto que vem sendo desenvolvido desde 2007 pelo Instituto Cultural Casa Via Magia² e que tem como objetivo principal:

Promover, na região do Médio Rio das Contas e cidades circunvizinhas, um centro de pesquisas e reflexões relacionadas a temas das áreas de educação, cultura e ecologia, incluindo as mais diversas fontes de saber (de origens científicas ou populares) e que visam, em última instância, o desenvolvimento sustentável da região e do seu entorno. (Casa Via Magia, s/d, *mimeo*)

A pesquisa do projeto Me Conta Universidade Livre do Médio Rio das Contas foi realizada entre 2011 e 2015 no âmbito do programa de doutorado multidisciplinar “Cultura e Sociedade” do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (Ihac-Ufba). Tendo o estudo de caso como método, o objetivo da pesquisa foi analisar os produtos, as práticas artístico-culturais e as atividades educativas do projeto “Me Conta”, identificando aspectos do processo que se mostraram favoráveis ao fortalecimento da cultura e ao desenvolvimento local sustentável. Buscou-se refletir sobre os pontos de convergência entre as estratégias do “Me Conta” e a Política de Territorialização da Cultura do Governo do Estado da Bahia em relação a processos de fortalecimento de identidade territorial e de empoderamento da sociedade civil.

A escolha em pesquisar o projeto Me Conta Universidade Livre do Médio Rio das Contas se deu por se tratar de uma experiência que envolve a inclusão de grupos sociais historicamente desfavorecidos como protagonistas de um processo de desenvolvimento local e sustentável que tem a cultura e a identidade territorial como elementos estruturantes. A perspectiva assumida é de que um olhar mais minucioso sobre um projeto em curso pode oferecer elementos que ajudem na compreensão de aspectos mais globais relacionados à relação entre cultura e desenvolvimento, permitindo análises para além do nível local e da experiência específica.

Compartilhando alguns resultados da pesquisa, são apresentados a seguir os seguintes tópicos: 1.1. O Me Conta Universidade Livre do Médio Rio das Contas, 2. Referencial Teórico, 3. Procedimentos metodológicos, 4. Discussão dos Resultados, 5. Conclusões.

1.1 O Me conta Universidade Livre do Médio Rio das Contas

Escrever sobre a história da minha família me traz muita alegria e vontade de continuar vivendo para poder escrever mais e contar mais histórias (...). Antes de qualquer coisa, peço a bênção e licença ao meu pai, Aurelino Ferreira Costa, e aos meus antepassados para poder falar nos nomes deles e dizer aquilo que penso sobre a vida de cada um (...).

Desde pequena sempre prestei atenção na maneira de viver do meu pai. Seu jeito de ser, sua crença e o seu modo de ver a vida eram coisas que, por vezes, me faziam refletir. O meu pai que, durante muito tempo (...) dizia falar com Deus, recebia visita de alguns mortos, dizia ter visões em sonhos e uma fé inabalável em Deus. Ele que cresceu participando da fé Católica complementada no Candomblé e na Umbanda, pois meu avô Pompílio era curador, raizeiro; fazia rituais de “macumba”, assim diziam as más línguas! (...) além disso, cantava para Santo Reis e fazia caruru! (...) Ele também criava novas letras de samba e tocava todos os instrumentos do Terno. (...) Apesar de eu me identificar muito com essa folia, por vezes eu cheguei a sentir vergonha de dizer que minha família era reiseira. Na escola, eu ouvia vagamente a respeito das culturas populares e me lembro de uma apresentação em que todos os meus colegas, e eu, estávamos envergonhados em estar ali na frente apresentando... (Elisiária Ferreira Costa)

Estas são as palavras introdutórias do livro que Elisiária Ferreira Costa está escrevendo sobre a história da sua família. Nascida em São Sebastião da Goiaíabeira, comunidade rural localizada na região do semiárido de Boa Nova, Elisiária faz parte da quarta geração do reisado que foi chefiada durante 30 anos por seu pai, Aurelino Ferreira Costa. Em 2010, apoiada pela equipe do Instituto Cultural Casa Via Magia, Elisiária roteirizou e dirigiu o documentário *Reisados de Boa*

Nova, que narra a história dos grupos que realizam a folia de reis nas comunidades rurais da cidade de Boa Nova. O caminho trilhado para compreender o reisado e os costumes de sua família foi para ela bem sinuoso:

Quando cheguei à escola me senti estranha, ninguém falava de reza, de reisado, me sentia um ser estranho. Queria entender. (...) A geração de meu pai é toda ligada a traços da cultura indígena, africana, sobretudo em relação à religiosidade. (Costa, 2013, p.4).

Foi neste contexto de um ambiente cultural rico, com fortes tradições, mas também marcado por processos de negação dentro das próprias comunidades que se desenvolveu o Me Conta Universidade Livre do Médio Rio das Contas, projeto que articula os campos da cultura, da educação e da ecologia para potencializar o desenvolvimento local sustentável. O “Me Conta” foi concebido e é liderado pelo Instituto Cultural Casa Via Magia e tem como foco 16 municípios que compõem um dos Territórios de Identidade da Bahia – o Médio Rio das Contas.

O Território de Identidade Médio Rio das Contas, formado por 16 municípios, é o 22º Território de Identidade da Bahia¹. Cercado por três ambientes distintos, Mata Atlântica, Caatinga e Mata de Cipó, o território possuiu uma situação singular e de muita riqueza do ponto de vista ambiental. Apesar de haver em seu entorno um grande potencial hídrico e uma fauna e flora diversa, a relação estabelecida com a natureza é extrativista e predatória, evidenciando-se na destruição das matas por meio da atuação de madeireiros e de pecuaristas que desmatam para instalar pastos para o gado.

No plano econômico, o Território contribui com cerca de 8% do PIB total do Estado da Bahia. Há uma alta concentração dos recursos econômicos em uma das cidades, Jequié, que detém cerca de 60% de renda total do Território, seguida por Ipiaú, próxima a 10% (Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Médio Rio das Contas, 2010). Em 2010, o percentual da população extremamente pobre do Médio Rio das Contas era de 14,3% (Barreto, 2014). As cidades menores sobrevivem basicamente das transferências públicas e do funcionalismo municipal, estadual e federal.

O Território de Identidade do Médio Rio das Contas vive o desafio de promover o desenvolvimento de forma inclusiva, preservando os três importantes biomas que compõem o Território e que vivem em constante situação de ameaça. Além disso, há poucos registros e conhecimentos compartilhados sobre as riquezas e a diversidade cultural, sobretudo, em relação às comunidades rurais.

Dentro do Território de Identidade do Médio Rio das Contas, as ações do Me Conta se concentraram nas cidades de Ipiaú, Ibirataia e Boa Nova. Com a pretensão de impactar no longo prazo todo o território, houve ações de sistematização da metodologia para que a trajetória do projeto nestas localidades servisse de referência para a reedição nas outras cidades do Médio Rio das Contas.

A pedagogia do projeto “Me Conta” se desenvolve a partir de três eixos de ação: “escutar”, “entender” e “expandir”. A prática do “escutar” compreende o esforço de pesquisa e sistematização do patrimônio material e imaterial de cada cidade onde o projeto está atuando, tendo como princípio incluir o olhar da própria comunidade sobre ela mesma e sobre seu contexto ambiental e cultural, incluindo o registro de uma ampla iconografia do local estudado. Já “entender” corresponde ao conjunto de seminários, oficinas e práticas, visando à formação de agentes sociais locais. A pretensão é ser um processo de educação contínuo, incluindo a capacitação em escolas, associações e instituições dos municípios da região. “Expandir” envolve difundir com maior abrangência as ações realizadas, a exemplo da participação dos municípios envolvidos nas quatro edições da Caravana do Mercado Cultural, entre 2009 e 2012, e da abertura de equipamentos culturais locais como o Museu do Processo e o Teatro do Valentim. O “Me Conta” produz um conhecimento compartilhado sobre o território (escutar), para formar agentes culturais (entender), cujas ações vão

possibilitar a criação de redes e a implantação de parcerias em torno de ações mais amplas (expandir) em benefício de cada cidade e da região.

Dentre os desdobramentos deste processo, estão a produção das Enciclopédias da Cidade, a realização anual da Caravana do Mercado Cultural, a realização de cinco edições do Festival de Reisados e a criação e gestão do Museu do Processo, iniciativas adotadas como objeto de estudo da pesquisa.

A Enciclopédia da Cidade é uma peça de comunicação, por meio da qual é apresentada uma leitura do patrimônio material e imaterial de cada município. Foram feitos levantamentos das riquezas socioculturais e ambientais de cada município envolvido que, uma vez sistematizadas, passam a ser compartilhadas com a comunidade, gerando propostas de ações de desenvolvimento local que tenham a cultura como mola propulsora principal. A perspectiva é gerar um ciclo contínuo de produção de novas informações sobre o território.

Na Caravana do Mercado Cultural, produtores e artistas nacionais e internacionais visitam as cidades do Território de Identidade do Médio Rio das Contas, realizando, em parceria com grupos locais, um evento com shows musicais, apresentações teatrais, mostras de artes plásticas e de fotografia, exibições de vídeos, lançamento de livros, intervenções artísticas, seminários, oficinas, trilhas ecológicas e as feiras de arte, artesanato e projetos.

Realizado anualmente, o Festival de Reisados é o encontro de grupos de folia de reis nas praças públicas da cidade de Boa Nova. O Festival de Reisados vem criando possibilidades de intercâmbio entre comunidades rurais não apenas em relação às músicas, danças, brincadeiras e religiosidade, mas também em relação aos seus cotidianos, formas de produzir, de viver. Compõe também a programação do Festival, um seminário com reflexões sobre estas manifestações. Tanto o Festival de Reisados quanto a Caravana do Mercado Cultural envolvem processos de planejamento com o poder público e com a sociedade civil, a capacitação em produção cultural dos atores locais, a mobilização comunitária e debates públicos sobre a articulação entre estas iniciativas e potenciais projetos culturais e de desenvolvimento para as cidades e para o Território Médio Rio das Contas.

O Museu do Processo, inaugurado em 2011 na cidade de Boa Nova, é um espaço cultural que disponibiliza para a comunidade um acervo de livros e audiovisuais com temas relacionados à cultura, ao meio ambiente e à educação, incluindo as produções realizadas no projeto “Me Conta” (Enciclopédias da Cidade, documentários, fotografias, exposições, etc.). O Museu do Processo realiza exposições multimídia e desenvolve capacitações para professores, estudantes e agentes culturais, se propondo a ser um centro dinâmico de promoção da cultura e produção de conhecimento, valorizando as manifestações populares e o patrimônio natural do Médio Rio das Contas.

Entre outros resultados, podem ser atribuídas a estas iniciativas um novo olhar, conhecimento e vinculação da população ao seu território, fundamentais para que, em 2010, fossem aprovados pelo Ministério do Meio Ambiente o Parque Nacional de Boa Nova e o Refúgio de Vida Silvestre. Segundo Edson Ribeiro, biólogo e coordenador da *Save Brasil* em Boa Nova, um dos fatores decisivos para que o Ministério do Meio Ambiente aprovasse a Unidade de Conservação foi a mobilização comunitária e a existência de pesquisas e projetos de desenvolvimento sustentável da região. Estas conquistas foram fruto do trabalho de atores sociais que, há pelo menos dez anos, desenvolviam ações de conservação ambiental e de incidência política para conquista do reconhecimento como Unidade de Conservação, tendo o Me Conta cumprido um papel de aproximar estes atores, de ter dado ampla visibilidade à riqueza ambiental da região e de ter mobilizado a comunidade local em torno da sua riqueza ambiental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O “Me Conta” buscou criar condições para que as descobertas, o reconhecimento e a valorização das riquezas ambientais e culturais pudessem ser mobilizadas a partir de cada território em benefício das próprias comunidades. A perspectiva de desenvolvimento do projeto está,

portanto, no envolvimento de indivíduos e grupos sociais que, a despeito de todo histórico de dificuldades, passam a acreditar em outros horizontes de vida e a atuar para sua realização, buscando construir um projeto coletivo, baseado em sua cultura, nos seus valores de vida, nas suas trajetórias pessoais e coletivas, nas características socioculturais e geográficas de onde vivem. A cultura local, vista, representada e pensada pela própria comunidade, foi a estratégia fundamental para a criação de novos imaginários de projetos coletivos de desenvolvimento numa perspectiva ambientalmente sustentável.

Para se pensar o desenvolvimento numa perspectiva inclusiva e sustentável, a exemplo da pretendida no projeto estudado, é importante refletir sobre as dinâmicas econômicas, sociais, culturais e políticas que resultaram no atual quadro de desenvolvimento concentrador e excludente e sobre o papel da participação social na construção de novos processos coletivos.

2.1 Desenvolvimento como crescimento econômico e a exclusão dos grupos sociais

A globalização dos séculos XX e XXI é a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo moderno e eurocentrado como um padrão de poder mundial, sustentado por dois eixos: um de base material e outro de caráter cultural (Quijano, 2005, p. 107-112). O eixo de base material correspondeu à articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. A Europa fez-se possível, em primeiro lugar, com o trabalho gratuito dos índios, dos negros e dos mestiços da América, e com seus respectivos produtos direcionados a atender as demandas da Europa. O eixo cultural da globalização correspondeu à codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados em ideias como a de raça, que estabelecia uma suposta distinção da estrutura biológica que situava os diversos povos da América e da África em situação natural de inferioridade em relação aos europeus. (Quijano, 2005, p. 107-112).

Mesmo com o rompimento da relação oficial entre as colônias latino-americanas e africanas e os impérios europeus ocorrido entre os séculos XIX e XX, o eixo cultural da colonialidade se perpetuou e se atualizou na segunda metade do século XX e no XXI, agregando, além da Europa, os Estados Unidos como novo centro de poder. Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e a Europa formularam um modelo de desenvolvimento no qual o capital, a ciência, a tecnologia e a urbanização eram os componentes da revolução massiva, associado à adoção generalizada da educação e dos valores culturais modernos. (Escobar, 2007, p. 55).

O modelo de desenvolvimento do século XX, amplamente difundido por todo o mundo, foi uma representação historicamente construída, por meio do qual se exaltavam os valores modernos ao mesmo tempo em que criavam categorias interpretativas sobre os países latino-americanos que os classificavam como subdesenvolvidos (Escobar, 2007, p. 78). A proposta de desenvolvimento legitimou certas estratégias globais em detrimento das práticas locais:

[...] el discurso privilegió los cultivos de exportación (para asegurar dividas, segun los imperativos de la tecnologia e de lo capital); em los cultivos para el consumo; la planeación centralizada (para satisfacer exigências económicas y de conocimientos), pero no enfoques participativos y descentralizados; el desarrollo agrícola basado en extensas granjas mecanizadas y en uso de insumos químicos y no en sistemas agrícolas alternativos de pequenas fincas, basados en consideraciones ecológicas y en el manejo integrado de plagas y cultivos; crecimiento económico acelerado y no articulación de mercados internos para satisfacer las necesidades de la mayoría de la población, soluciones intensivas en capital y no trabajo. (Escobar, 2007, p. 84).

A pretensa superioridade do saber europeu e norteamericano nas mais diversas áreas da vida foi um importante aspecto da colonialidade do poder no sistema colonial/moderno, com os saberes subalternizados excluídos, omitidos, silenciados e/ou ignorados. (Grosfoguel, 2008, p. 136). O “subdesenvolvimento” não se produziu apenas pela transferência permanente do excedente

econômico dos países periféricos para os países centrais, impedindo seu reinvestimento autônomo e sustentável dos primeiros. Também foi resultante do desaproveitamento do potencial ambiental que seria produzido por meio da revalorização e do uso integrado dos recursos produtivos de uma formação social – e de cada região geográfica particular – harmonizando suas condições ecológicas, tecnológicas e culturais. (Leff, 2009)

O processo de colonização e, posteriormente, o modelo de desenvolvimento capitalista pós-guerra modificaram a relação das comunidades com o seu entorno natural. A cultura local e os direitos das comunidades sobre os seus territórios e seus espaços étnicos não foram contemplados nos paradigmas dominantes da economia. As transformações culturais geradas por este modo de exploração foram sepultando uma enorme quantidade de conhecimentos de experiência produtiva pelas comunidades autóctones destas regiões, as quais permitiam uma apropriação mais sustentável dos potenciais ecológicos de seus territórios. (Idem)

2.2 Outras abordagens de desenvolvimento, participação e cultura

Atualmente, há estudos e propostas críticas que tentam superar a perspectiva economicista que limita o desenvolvimento à noção de prosperidade e crescimento econômico, combatendo também a perspectiva de soluções universais. Amartya Sen (2002) defende que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de *expansão das liberdades*, o que recoloca o foco de atenção sobre os fins e não apenas os meios do processo. Implica também fazer com que as atenções se voltem para o incremento das capacidades das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam, enfatizando-lhes a condição de agentes políticos num processo de superação das privações de liberdades que limitam escolhas e oportunidades pessoais e comunitárias. Por esta abordagem, promover o desenvolvimento é eliminar as restrições à liberdade de viver, de ir e vir, de trabalhar, de apropriar-se dos frutos do trabalho, de informar-se, de participar, de consumir os bens da cultura, de exigir a preservação do patrimônio ecológico das gerações futuras, enfim, de viver plenamente a condição humana.

Arturo Escobar (2007) traz o horizonte do pós-desenvolvimento, uma alternativa às práticas históricas do desenvolvimento em que ganham importância os movimentos sociais de base, o conhecimento local e o poder popular na transformação da sociedade. Segundo Escobar (2007), estudos etnográficos dos cenários do Terceiro Mundo vêm descobrindo uma quantidade de práticas significativamente diferentes de relacionar-se, de construir e de experimentar o biológico, o natural, o cultural em relação às formas modernas dominantes. Estas experiências contribuem para superar dicotomias entre a natureza e a cultura, mente e corpo, teoria e prática, lugar e espaço, global e local, projetando formas alternativas de organizar a vida social.

Outra vertente em pauta desde os anos de 1960, o ecodesenvolvimento, coloca um conjunto de princípios para se conseguir um desenvolvimento sustentável: o respeito à diversidade biológica e cultural, o fortalecimento da identidade étnica e a capacidade de autogestão do patrimônio de recursos naturais das comunidades (Sachs, 2002). Esses princípios orientam um processo de descentralização dos processos produtivos com base nas condições ecológicas e geográficas de cada região, incorporando os valores culturais das comunidades na definição de seus projetos de vida. Leff visualiza na articulação entre saberes tradicionais e os conhecimentos da ciência e tecnologia moderna um caminho para o desenvolvimento:

A satisfação das necessidades básicas da população está associada a padrões de aproveitamento dos recursos, seus processos de produção e formas de consumo. Isto, por sua vez, depende de uma estratégia de desenvolvimento sustentável e duradouro, capaz de promover atividades produtivas que permitam um aproveitamento ecologicamente racional dos recursos naturais, reduzindo os custos ecológicos mediante a utilização de fontes renováveis de recursos energéticos, como a radiação solar, e potencializando recursos naturais altamente eficientes de produção de recursos bióticos, como o fenômeno

fotosintético. Essas funções naturais poderão ser incrementadas mediante resgate de saberes tradicionais e a aplicação da ciência e tecnologia moderna. (Left, 2009, p. 54-55).

Neste contexto, um dos papéis que as experiências no campo da cultura, a exemplo do “Me Conta”, podem exercer é o de ajudar a construir com o envolvimento das comunidades rurais uma racionalidade alternativa ao modelo de desenvolvimento até então vigente. Uma racionalidade produtiva alternativa que incorpore ecologia, cultura e política em uma nova concepção de produção:

El desarrollo sustentable encuentra sus raíces en las condiciones de diversidad cultural y ecológica. Estos procesos singulares y no reducibles dependen de las estructuras funcionales de los ecosistemas que sustentan la producción de recursos bióticos y los servicios ambientales; en la eficacia energética de los procesos tecnológicos; en los procesos simbólicos y las formaciones ideológicas que subyacen a la valorización cultural de los recursos naturales; y en los procesos políticos que determinan la apropiación de naturaliza. (Leff, 1995b, 61).

A negação do desenvolvimento como mero crescimento econômico, a valorização do local e a construção de uma agenda de desenvolvimento popular, inclusivo e transformador implicam, entre outras questões, em produzir novos conhecimentos sobre as múltiplas realidades das comunidades locais sem reduzi-las a um padrão único nem a um modelo cultural hegemônico.

Convergente a esta perspectiva, Milton Santos (1994, 1996, 2000) argumenta em favor da *resistência* do território, apontando que há uma relação de complementariedade entre o local e o global:

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Santos, 2002, p. 293).

Como se percebe nesta citação, a experiência do lugar desempenha um papel fundamental na reprodução da vida em sociedade e na construção de identidade. Mesmo com o avanço das tecnologias de comunicação e transporte, estamos sempre situados no mundo, em um lugar, numa realidade objetiva e subjetiva que tem um significado existencial para os indivíduos.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

O estudo de caso foi o procedimento metodológico da pesquisa, envolvendo as etapas de construção do campo temático, pesquisa exploratória, pesquisa de campo, análise de dados e redação da tese. A construção do campo temático foi realizada a partir da revisão bibliográfica que buscou articular quatro campos amplos de conhecimento, explorados com base em subtemas que se relacionam mais diretamente com os objetivos da pesquisa, a saber: as ciências sociais numa perspectiva decolonial, os estudos sobre desenvolvimento local, a geografia com ênfase na compreensão dos conceitos de território, territorialidades e identidade territorial e as reflexões sobre políticas culturais.

O trabalho de campo, realizado entre 2011 e 2015, envolveu a realização de 51 entrevistas com representantes do poder público e da sociedade civil das cidades envolvidas e o desenvolvimento de observações sobre as práticas culturais/educativas do projeto em estudo.

Foram destacadas, para observação de campo, a Caravana do Mercado Cultural, o Museu do Processo, o Teatro de Valentim, o Arraiá do Passarim e o Festival de Reisados, iniciativas consideradas estruturantes do projeto “Me Conta”. Além disso, foram acompanhadas algumas atividades cotidianas do Instituto Cultural Casa Via Magia, do Museu do Processo e do Teatro do

Valentim (reuniões internas e externas, capacitações, encontros, seminários) e de espaços culturais das cidades envolvidas.

Na pesquisa de campo também foram consultados diversos documentos relacionados diretamente ao projeto “Me Conta” (planejamento, relatórios, publicações, entrevistas) e vinculados à Política Pública de Territorialização da Cultura (leis, planejamentos, relatórios, entrevistas). Foram analisados produtos (documentários, “Enciclopédias da Cidade”, vídeos, fotografias, instalações) que descrevem, textual e imageticamente, a cultura de cada município e momentos de compartilhamento desses materiais. Enquanto discurso, estes relatos materializam uma série de significações do projeto. É o resultado materialmente observável das diversas mediações presentes: dos profissionais da Via Magia, dos representantes do poder público, dos integrantes de instituições locais da sociedade civil e da população envolvida, dos recursos e limites técnicos do projeto, dos acordos e conflitos, dos acasos. Estes relatos integram e organizam os significados atribuídos às experiências vividas pelos seus participantes.

Buscou-se fazer o tensionamento entre a produção teórica acadêmica que estabelece relações entre desenvolvimento local, cultura e participação e os significados atribuídos à experiência em estudo pelos sujeitos sociais que estão vivenciando/liderando tal experiência. A ideia de tensionamento implica que a abordagem não foi a de avaliar a prática em razão de uma teoria pretensamente abrangente que se pretenda definidora de como as práticas deveriam acontecer. A relação entre os saberes produzidos pelos atores locais sobre a experiência em estudo com as elaborações teóricas que fundamentam a pesquisa é dialética. Assim, as formulações teóricas puderam reconhecer potencialidades e novas possibilidades em relação à experiência e, de forma análoga e complementar, os significados produzidos pelos atores locais oferecem elementos para o campo teórico e acadêmico.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Um dos objetivos da pesquisa foi o de reconhecer se e como as práticas do Me Conta ampliaram, diversificaram e fortaleceram a participação dos sujeitos locais nos processos de tomada de decisão relacionados ao fortalecimento da cultura e ao desenvolvimento sustentável no território.

O primeiro aspecto a se destacar em relação ao “Me Conta” é o forte reconhecimento por parte dos atores locais em relação às contribuições do projeto para que a população passasse valorizar seu patrimônio ambiental e cultural, fortalecesse um sentido de pertencimento em relação às suas cidades. O morador de Boa Nova e biólogo Edson Ribeiro em entrevista concedida à pesquisa, relatou os primeiros passos da Save Brasil em Boa Nova e ressaltou que a ciência estava distante da sociedade. Segundo o biólogo, já há algumas décadas a região vinha chamando a atenção dos ornitólogos em razão da sua peculiar avifauna. As mais de 300 espécies de aves, dez delas globalmente ameaçadas de extinção, presentes em Boa Nova faziam com que a cidade fosse frequentemente visitada por pesquisadores e figurasse com frequência e destaque em revistas científicas. A população local estava, no entanto, alheia a esta realidade. O projeto Me Conta Universidade Livre do Médio Rio das Contas contribuiu na difusão deste conhecimento para a população local e na projeção de Boa Nova para a grande mídia e os circuitos políticos e culturais do país.

4.1 Fortalecimento da Identidade Territorial

Uma das estratégias metodológicas do “Me Conta” para este processo de fortalecimento identitário foi a construção de uma iconografia local de forma permanente, por meio do registro e partilha de imagens (fotos e vídeos) e relatos locais dos diversos elementos dos territórios (paisagens, arquitetura, moradores, cenas cotidianas, cores, texturas, etc.).

O imaginário territorial de uma região, povoado de imagens e símbolos, projetam no tempo e no espaço uma identidade que atua tanto como memória coletiva, quanto como utopia/projeto para

o futuro. Os registros e as exposições realizadas de forma participativa pelas comunidades por meio do “Me Conta”, deram visibilidade à diversidade dos grupos sociais e das riquezas ambientais existentes em Ipiaú, Ibirataia e Boa Nova. Para Cibele Sá, atriz, ativista cultural e Coordenadora de Cultura de Boa Nova entre 2011 e 2012:

As pessoas perceberam que em Boa Nova existe algo a ser preservado. Existe artesanato, a exemplo do trabalho do Seu Jorlando, que vive disso. Existem pessoas que passaram a ter visibilidade e antes eram ignoradas. Não é um município que não tem história cultural, tem sim, independente dos governos, (...), existe uma geração que já sabe que em Boa Nova tem esta cultura, isso fica e deve permanecer, isso que faz a gente acreditar. A gente pode superar. (SÁ, entrevista concedida em 2014)

Os atos de contar, conta-se, contar para o outro, princípios estruturantes do projeto Me Conta, foram fundamentais para contribuir com a construção de uma identidade territorial fundada na relação cultural entre os habitantes e o seu patrimônio ambiental. Para Osmar Borges, Chefe do Parque Nacional de Boa Nova entre 2011 e 2014:

[...] as pessoas que visitam o Parque ficam impressionadas com o Museu do Processo, com o que os moradores falam do lugar, com o movimento do Valentim. Normalmente, não se espera encontrar num lugar tão pequeno pessoas tão conscientes do valor de sua própria cultura. (Borges, entrevista concedida em 2014).

Um aspecto importante da experiência é que os elementos que foram destacados como constitutivos da identidade de cada território e das comunidades foram reconhecidos predominantemente a partir das vivências cotidianas, lúdicas e de celebração das comunidades. Foram apropriações que levaram em conta o valor dos lugares, com forte dimensão afetiva, arraigados na experiência cotidiana compartilhada localmente pelos integrantes das comunidades envolvidas. O Rio Formiga, a Serra do Timorante, o terreiro de Dona Dete, o Cruzeiro, os passarinhos de Boa Nova são elementos de paisagem que remetem a vivências coletivas de importância para os sujeitos locais, assim como os Reisados e a Fanfarra de Ibirataia, entre outros. São processos de construção identitária que diferem da apropriação predominantemente lógico-racional mais voltada para o uso estratégico-instrumental da representação para fins econômicos. O percurso de representação identitária no “Me Conta” favoreceu a valorização de formas subalternizadas de pensar, modalidades locais e regionais de configurar o mundo, formas alternativas de organizar a vida social, pois não se restringiu a descrições para se projetar imagens ou valores culturais que atendam a uma pretensa expectativa externa ou de mercado.

4.2 Relação entre identidade e projetos coletivos

A proposta de vincular o conhecimento e a divulgação das riquezas de um determinado território a programas que beneficiariam as comunidades não é nova e também estão presentes em planejamentos macros de desenvolvimento, de cima para baixo, lideradas por órgãos do governo, universidades, empresas, arranjos produtivos locais. Estes processos, no entanto, muitas vezes, excluem os moradores locais da produção do conhecimento ou, quando muito, os envolvem como fornecedores de informações. Como resultado, se produzem conteúdos que classificam o patrimônio ambiental e cultural segundo categorias utilitárias: o valor econômico, a qualidade da atração turística, a beleza, o caráter espetacular. Dessa forma, singulariza alguns elementos locais, valorizando-os e dando-lhes, de alguma forma, um “status” de obra de arte, o que exclui outros elementos e constitui um valor “extraordinário” passando a fazer parte de um discurso tecnocrático no qual o patrimônio deve desempenhar um papel no momento presente; assim instrumentalizado, ele fica reduzido às suas formas mais visíveis, sem qualquer referência à complexidade de sua natureza e mesmo sem ligações com a cultura viva da comunidade. Uma vez estabelecido o diagnóstico, o patrimônio como tal será esquecido e apenas alguns dos seus elementos serão

integrados nas ações ditas culturais, turísticas, econômicas, educativas, de maneira que desresponsabiliza a comunidade como um todo.

Em outra direção, o “Me Conta” contribuiu para que a descoberta dos valores ambientais culturais no território proporcionasse uma consciência sobre as potencialidades locais, mas também sobre os conflitos e as dificuldades de cada cidade, abrindo espaços de reflexão compartilhada sobre a história de cada local, alternativas de projetos futuros e o papel que cada um poderá assumir. As pesquisas sobre as cidades e a partilha de imagens e relatos deram as comunidades uma maior consciência sobre seu próprio patrimônio e também algumas reflexões e enfrentamentos, a exemplo dos embates em torno da identidade de Ibirataia como cidade do cacau ou da Mata, ou a singularidade do próprio Território de Identidade com elementos da cultura da Caatinga e da Mata Atlântica.

Para a ativista cultural Ju Reis, a Caravana do Mercado Cultural contribuiu para fortalecer a vocação de Ibirataia de buscar, no campo da cultura, uma alternativa para seu desenvolvimento, uma vez que a cidade está geograficamente fora do roteiro do comércio tradicional e não dispõe de um mercado competitivo em relação a outras cidades da região:

Ipiaú cresce, Gandu cresce, Ibirataia não cresce. Ninguém de Barra do Rocha vai deixar de comprar em Ipiaú para comprar em Ibirataia, ninguém vai sair de Itamaraty para comprar em Ibirataia, eles vão para Gandu. Ibirataia tinha que investir no turismo, na cultura, Ibirataia está fora do roteiro de compra e venda. A vocação de Ibirataia é cultural. O São João daqui vem muita gente de fora, no Mercado Cultural veio muita gente de fora. A identidade de Ibirataia é mais para cultura do que para o cultivo do cacau. (Reis, entrevista em 2014)

As possíveis identidades de Ibirataia, entendidas de diferentes formas pelos sujeitos envolvidos no “Me Conta”, revelam relações de poder e diferentes projetos, aspectos também constitutivos da identidade territorial. Para a empresária Selma Calheiro:

(...) tem que trabalhar aqui o que a gente tem de mais precioso que é nossa cultura, a cultura do cacau. (...) O sul da Bahia está vivendo um momento especial, de transição, de redescobrir a sua própria cultura, não dá para você só produzir cacau, tem que produzir chocolate, fazer eventos com chocolate, fazer com que o mundo olhe esta região com outros olhos, não como fazendeiros coronéis que faliram porque gastaram muito dinheiro. O bem mais precioso que temos é o cacau, o cacau é o mantenedor desta floresta que nós temos hoje, porque se não fosse o cacau já teria acabado tudo. Graças à cultura do cacau! (Calheiro, 2014, entrevista concedida em 2014).

Já para o Coordenador de Cultura, Josenilton Oliveira Santos, a identidade cultural da cidade é plural e precisa ser amadurecida entre seus moradores, sendo estratégica para seus projetos de desenvolvimento:

Muita gente pensa que Ibirataia é a cidade do cacau. Não é mais. Vamos acordar, não é mais! Foi-se o tempo em que o cacau era a grande vedete. Ibirataia ainda é um polo de cacau, mas não se exporta apenas cacau aqui. Se produz e vende mais a cerâmica das Cores da Terra do que cacau. Além disso, tem produções na área de música, em outras vertentes. A cultura é plural, multifacetada, não podemos trabalhar com monocultura. (Oliveira dos Santos, 2014).

As tensões que surgiram em torno das definições identitárias de cada localidade no processo do “Me Conta”, mais do que uma questão de qual seria a identidade “verdadeira”, oferece a oportunidade de se debater em nome de quem e de que projeto determinadas identidades são acionadas.

4.3 Cultura, participação e desenvolvimento

O Me Conta contribuiu para colocar a cultura na agenda sobre as discussões de desenvolvimento de cada uma das cidades envolvidas, criando situações em que a transversalidade da cultura em relação às questões de educação, meio ambiente, geração de renda e conquistas de direitos sociais foram vivenciadas e debatidas. O turismo ecológico, comunitário e cultural, a produção e comercialização de produtos orgânicos provenientes da agricultura familiar, o fomento ao artesanato foram alternativas debatidas nas cidades envolvidas e que podem ser aperfeiçoadas, articuladas e integradas, de forma mais sistêmica, a um projeto de desenvolvimento no território.

Para aproveitar tais oportunidades, a gestão comunitária dos “saberes” e do “saber-fazer” das populações rurais é estratégica para a construção da territorialidade como expressão cultural e social local e para a preservação ambiental. A preservação das identidades étnicas, dos valores culturais e das práticas tradicionais de uso dos recursos aparece como uma oportunidade de uma gestão ambiental e do manejo sustentável dos recursos naturais em escala local. Há um vasto território de conhecimentos existentes nas comunidades rurais capazes de contribuir para o equilíbrio ecológico, a biodiversidade e a base de recursos naturais, provendo ao mesmo tempo às populações locais os meios para se beneficiarem diretamente da gestão de seus recursos, de acordo com os seus valores e sua identidade cultural (Leff, 2009). As diversidades ecológica e cultural não são apenas princípios éticos e valores não mercantilizáveis, mas são potenciais produtivos capazes de satisfazer as necessidades básicas das populações locais por meio da reapropriação do seu patrimônio de recursos naturais e culturais e da autogestão dos processos produtivos.

Para Osmar Borges, Chefe do Parque Nacional de Boa Nova, ainda há muito que se avançar em termos de conhecimento sobre as comunidades e isto precisa ser feito logo, sob pena de perder muito dos saberes e fazeres locais:

É uma falha dos movimentos culturais não aprofundar o resgate dos saberes e das práticas da comunidade local construídos no seu convívio com a natureza. Eu sinto que muitas coisas estão se perdendo rapidamente, e o pouco que se tem nas mãos de pessoas mais velhas não está sendo valorizado, ao contrário está sendo substituído. Alguns produtos alimentícios que são típicos, a exemplo do inhambu, não estão sendo mais cultivados. O cipó titica que se usava para produzir o artesanato está sendo substituído por um outro de qualidade inferior. Todas as casas tinham quintais que eram um espaço produtivo, se produzia muita coisa localmente. E isso não se tem mais em Boa Nova nem mesmo em Valentim, não temos mais sítios ao redor da cidade, áreas pequenas de produção de alimentos. Ao redor de Boa Nova e de Valetim hoje são fazendas de cacau. Muitas pessoas lamentam que isso já existiu e que está sendo perdido. Há projetos educativos e culturais com jovens, para usar as tecnologias, a internet, mas, este conhecimento das práticas populares, da relação com a natureza, é menos visível aqui. O uso das plantas pelo pessoal do candomblé, por exemplo, não está nos documentos que eu tive acesso, nem nas apresentações, nos documentários. Muitas pessoas aqui lamentam a perda desse conhecimento, destes usos, dessas práticas. (Borges, 2014,).

Para o Chefe do Parque Nacional, encontrar caminhos de sustentabilidade implica em ampliar o processo de pesquisa e de compartilhamento dos saberes e fazeres locais, articulando-se com mercados alternativos:

É uma região com uma diversidade cultural muito grande, espontânea, que faz parte da vida cotidiana das pessoas, não é algo fomentado pelo governo, não é folclórica. Tem também uma riqueza natural absurda por conta da interface da caatinga e da mata atlântica num espaço tão pequeno. Não conheço no Brasil outro lugar parecido. Além disso, a cidade está justamente no meio. A cidade se volta de um lado para a Mata Atlântica e do outro para a Caatinga. É uma cidade antiga que, pela situação geográfica, funciona como um elo de ligação entre o sertão e a mata. Os modos de vida do pessoal da mata são muito diferentes em relação ao pessoal da caatinga, isso contribui para efervescência com tantas singularidades. Precisariamos juntar essa riqueza cultural com o que se poderia preservar de

riqueza natural por meio do Parque e fazer com que tudo isso gere renda, circulação de riqueza para a cidade, porque atualmente é um município economicamente em decadência, profundamente decadente em termos de renda. [...]. Atualmente, as atividades produtivas não aproveitam a riqueza ambiental daqui. O município é grande, com uma área rural muito grande e a produção agrícola é inexpressiva. Pela diversidade de ecossistema, poderia aproveitar para ter uma produção variada e a existência do Parque, do Refúgio, possibilita criar um selo de origem, de procedência para os produtos agrícolas. (Borges, 2014).

Dar visibilidade e valorizar as práticas e os conhecimentos das comunidades locais não significa se fechar para outros processos e tecnologias, mas implica em colocar os sujeitos e as economias locais em outro patamar de diálogo com as referências externas, envolvendo-os em um processo de construção de um plano mais amplo em benefício do território. São caminhos que colaboram para construção de alternativas que se opõem ao movimento de homogeneização das regiões rurais, efetivado a partir do modelo de modernização agrícola e de produção para exportação.

Ao buscar construir estratégias de geração e distribuição de renda a partir das identidades e vocações de cada cidade, o “Me Conta” contribuiu para aproximar as questões econômicas à vida das comunidades. A economia é social e culturalmente construída, sendo importante, portanto, criar novos imaginários econômicos, entendendo as economias locais como lugares com identidades e capacidades específicas e não como nós de um sistema capitalista mundial com práticas ancoradas no lugar. O projeto “Me Conta” propôs que o patrimônio cultural, ambiental pode ser o eixo estruturante do desenvolvimento das cidades, desde que a comunidade se aproprie e administre seu próprio patrimônio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa perspectiva crítica de desenvolvimento, ao se pensar na construção de uma sociedade democrática, inclusiva, que respeite e promova a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental, o próprio sentido de desenvolvimento é um aspecto importante a ser discutido pelos atores envolvidos.

Um território ou cidade que se coloca como meta promover o desenvolvimento corre o risco de se identificar excessivamente como subdesenvolvido, ou seja, em um estado de atraso em relação a um pretenso modelo superior a ser seguido, percepção estruturante da colonialidade do poder e do modelo hegemônico que hierarquiza culturas, identidades sociais, modos de viver, legitimando práticas econômicas e políticas como soluções técnicas, neutras e universais, ao mesmo tempo em que ignora outros saberes e práticas consideradas locais e subalternas.

Por isso, um dos grandes desafios do “Me Conta” é que o envolvimento do campo da cultura em processos de desenvolvimento não se dê de forma meramente instrumental, mas que seja capaz de produzir debates sobre os projetos políticos das cidades e do Território de Identidade. Além disso, que propiciem refletir sobre quem está incluído nos processos de decisão e como se articulam as questões econômicas, políticas, sociais e ambientais de maneira que não se reproduza o efeito excludente e ambientalmente insustentável do modelo de desenvolvimento até então vigente neste Território.

O desenvolvimento local na perspectiva vivenciada por meio do “Me Conta” é um processo em que a comunidade assume o domínio sobre os processos de transformação cultural, social e econômica, enraizados no patrimônio vivido, nutrindo-se deste patrimônio e produzindo patrimônio. O patrimônio, natural e cultural, vivo e sacralizado, é herdado, transformado, produzido e transmitido de geração em geração, pertencendo, portanto, ao passado, ao presente e ao futuro. A gestão do patrimônio a serviço do desenvolvimento só pode se fazer com a participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que o detém (Varine, 2013, p. 19)

Nenhuma das três cidades pesquisadas, Ibirataia, Ipiaú e Boa Nova, possui um Plano Diretor efetivamente discutido com a sociedade, nem quaisquer outros instrumentos e metodologias

sistematizadas e transparentes de planejamento participativo. Isso fragiliza que os diversos atores locais possam pensar e atuar na cidade, de forma coletiva e democrática e, sobretudo, desvinculada de disputas político-partidárias. Embora o tamanho da cidade resulte numa significativa proximidade entre os seus moradores, não há espaços públicos de debate, planejamento, negociação de pontos de vista, de projetos e de conflitos, partilha de responsabilidades. O Território Médio Rio das Contas conta com o Planejamento de Desenvolvimento Territorial Sustentável (Pdts) que representa um grande avanço, mas que se fragiliza por conta da falta de mobilização dentro dos municípios.

O “Me Conta” teve conquistas significativas em relação ao empoderamento e à participação dos atores locais em torno de projetos comuns de fortalecimento da cultura e de desenvolvimento local, especialmente em relação envolvimento de grupos sociais invisibilizados, a exemplo das comunidades rurais de Boa Nova. Um dos desafios dos processos de gestão social é o de manter estes grupos nos espaços de participação política. Uma das exclusões mais evidentes em processos de gestão do desenvolvimento é das pessoas e grupos economicamente mais frágeis, em geral, “os pobres” da cidade. Historicamente, a população mais pobre, quando lembrada nas ações do Estado, são consideradas beneficiárias das políticas públicas. A grande mudança é vê-la, na sua diversidade, como sujeitos do conhecimento, de decisão, de produção de valores, de estéticas, tanto na perspectiva local, quanto macro. A percepção e a autopercepção dos sujeitos como “pobres” é socialmente construída, assim como o conceito de desenvolvimento, e tem efeitos concretos nos processos de inclusão/exclusão social. A participação permanente desses atores sociais envolve superar localmente as visões estereotipadas sobre as comunidades populares rurais, passando a enxergá-las menos por suas carências e mais como sujeito de direitos e portadores de seus próprios projetos de futuro.

O “Me Conta” contribuiu para o conhecimento e valorização dos saberes, valores, estéticas e modos de vidas das comunidades rurais e grupos mais excluídos ao representá-los a partir de aspectos afirmativos de sua cultura e abrir espaços privilegiados de participação nas ações de intercâmbio cultural. Um dos grandes desafios é que os mestres da cultura popular, as comunidades rurais e suas lideranças, principais envolvidos no projeto “Me Conta”, sejam também integrados aos espaços mais amplos de decisão voltados para o fortalecimento cultural e desenvolvimento das cidades e dos territórios os quais fazem parte.

A mobilização popular para lidar com decisões amplas de desenvolvimento é em si um ato político, mas demanda novos e continuados processos educativos. O processo de participação tende a se fragilizar com o tempo quando não está vinculado a um processo continuado de aprendizagem, entendido também como desconstrução-reconstrução de padrões culturais. Por isso, é indispensável constituir e fortalecer espaços de decisão (reuniões regulares, comitês, etc.) associados a uma pedagogia de gestão participativa que exige procedimentos sistemáticos de escuta, de debate mediatizado, de devolução e validação de decisões, entre outros.

A criação desses espaços transcende o papel específico das políticas e instituições da cultura, envolve necessariamente atores e iniciativas de outros campos, mas as instituições e atores do campo cultural, pela sua transversalidade, poderiam ocupar um papel de articuladores de programas conjuntos na gestão local e na criação de espaços públicos de participação, mais inclusivos e democráticos. Algumas instituições com saberes especializados no campo da gestão cultural, tal como o Instituto Cultural Via Magia, podem mobilizar diversos públicos, sensibilizando-os sobre as potencialidades da cultura e mediando debates em razão do interesse coletivo. O grande desafio seria fortalecer os processos de planejamento coletivo, de maneira que sejam ao mesmo tempo capacitadores, dialógicos, participativos, envolvendo sistematicamente os diversos atores existentes no território responsáveis pela cultura local no dia a dia. O cidadão precisa reconhecer a riqueza daquilo que possui coletivamente, para tomar parte ativa no processo de desenvolvimento, aspecto bastante trabalho no projeto “Me Conta” e que requer continuidade.

REFERÊNCIAS

Barreto, R.M.(2014) (Org). *Bahia 2000-2013*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo
Recuperado em 28 abril 2015, de: <http://www.fpabramo.org.br/forum2013/wp-content/uploads/2014/07/Bahia-web.pdf>.

Casa Via Magia (s/d), *Universidade Livre do Médio Rio das Contas*. Salvador, Via Magia, s/d, mimeo.

Escobar, A.(2007) *La invención del tercer mundo – construcción y desconstrucción Del desarrollo*. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el Perro y la Rana.

Grosfoguel, R.(2008) Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online], 80 | 2008, Recuperado em: 01 out. 2012, de: <http://rccs.revues.org/697>.

Leff, E.(2009) *Ecologia, capital e Cultura – a territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____.(1995) De quién es la naturaleza? Sobre la reapropiación social de los recursos naturales. *Gaceta Ecológica*, (37), 58-64. México: INE/Semarnap.

Quijano, A.(2005) Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E(comp.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais*. Buenos Aires: Clacso.

Sachs, I.(2002) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Saquet, M.A.(2011) *Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo: Outras Expressões.

SEN, A.(2002) *Desenvolvimento como liberdade*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras.

Silveira, C. (2008) Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, L., Pochmann, M. (orgs). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Silveira, C., Costa, R. L.(2004) *Expo Brasil Desenvolvimento Local*, edição 2003. Rio de Janeiro: Rits.

Varine, J. de.(2013) *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. (1º Reimpressão.) Porto Alegre: Medianiz.

NOTAS

¹O Instituto Cultural Casa Via Magia é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 1982, cuja missão é “[...]promover a cooperação cultural e o desenvolvimento comunitário, através do estímulo à educação, cultura e da pesquisa pedagógica sistemática, com vistas a contribuir para o autoconhecimento e formas de expressão individual, assim como para a integração comunitária.”

²Com o objetivo de promover o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões com estratégias definidas a partir da realidade local, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Sua metodologia foi desenvolvida com

base no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, por meio de suas representações, foram convidadas a opinar.

Data da submissão: 1/05/2017

Data de aceite: 05/07/2017